



INDÚSTRIA TEM PARTICIPAÇÃO EFETIVA NA ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

EXPECTATIVA É DE QUE O MAIOR EVENTO MUNDIAL SOBRE O TEMA DEIXE IMPORTANTE LEGADO PARA O PAÍS



Apesar de o Brasil deter cerca de 12% de toda a água doce do planeta, o recurso não é inesgotável e algumas regiões já sofrem crises hídricas. Ao debater o uso racional e sustentável da água no planeta, promovendo o intercâmbio de experiências em boas práticas, políticas públicas e gestão integrada das águas, o 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado de 18 a 23 de março deste ano, em Brasília, com o lema "Compartilhando Água", promete deixar importante legado para o País. "O encontro incluirá o tema na Agenda Nacional, conscientizando a sociedade para a necessidade do uso menos intensivo do recurso", aponta o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CMA/CBIC), Nilson Sarti. Além disso, segundo o coordenador da Rede de Recursos Hídricos da

Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Percy Soares Neto, "o Fórum dará maior visibilidade para as políticas públicas e as estratégias empresariais associadas a uma maior eficiência no uso sustentável da água".

A proposta é conscientizar a sociedade sobre a importância da água para o desenvolvimento socioeconômico e para a qualidade de vida no planeta e criar compromissos políticos visando elevar o tema água na agenda de prioridades dos governos. Para alcançar esses objetivos, a organização do encontro está a todo vapor e conta com a colaboração de cerca de 500 organizações, dentre elas a CBIC e a CNI.

Organizado pelo Conselho Mundial da Água,

em conjunto com os governos federal e local, o encontro deve reunir na capital federal cerca de 40 mil pessoas de 95 países e os maiores especialistas sobre o tema para discutir o uso consciente dos recursos hídricos, com foco nos temas clima, desenvolvimento, ecossistemas, finanças, pessoas e urbano e nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta é a primeira vez que o fórum será realizado no hemisfério sul. Em sua oitava edição, o evento já aconteceu em sete países de quatro continentes: África, América, Ásia e Europa.

AÇÕES DA CBIC

A CBIC, por meio da sua Comissão de Meio Ambiente, coordena duas Sessões Temáticas do Fórum. Além disso, teve participação ativa na plataforma online de consulta pública “Sua Voz” para votação dos temas que integram a programação preliminar do evento, que já está definida e disponível desde o início deste mês de janeiro, com destaque para as sessões ordinárias e as especiais, e pode ser conferida no [site do evento](#).

PH Freitas/CBIC



Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CMA/CBIC), Nilson Sarti

O tema Recursos Hídricos é uma das prioridades de atuação da CMA/CBIC. Como preparação para a atuação do setor no Fórum Mundial da Água, em dezembro de 2017, a CBIC e o SindusCon-SP, com a correalização do Senai Nacional, realizaram em São Paulo o Workshop Técnico sobre Conservação, Uso de Fontes Alternativas de Água em Edificações, ocasião em que foram apresentados os trabalhos em torno da

norma de conservação de água em edificações, compreendendo o uso eficiente de água em edifícios e o uso de fontes alternativas (potável e não potável) à água fornecida pelas concessionárias de abastecimento, no que concerne à terminologia, requisitos, procedimentos, diretrizes, projetos, gestão, execução, manutenção e operação, excluindo-se o aproveitamento de água de chuva em áreas urbanas para fins não potáveis. “A previsão é de que o País tenha em breve uma nova Norma Técnica sobre Conservação e Uso de Fontes Alternativas e Aproveitamento de Água de Chuva em Edificações, grande contribuição do setor para o fórum”, destaca Nilson Sarti. Ainda com atuação no tema, a CBIC lançou em 2016 e 2017 duas publicações sobre a temática: Uso Eficiente e Conservação de Água e Gestão da Demanda, disponíveis no [site da entidade](#).

A Sessão de Desenvolvimento do 8º Fórum Mundial da Água será realizada em conjunto com a Fundação Amazonas Sustentável (Brasil), a *Water, Sanitation and Hygiene Institute - WASH* (Índia), a Unicef e o PWP – Águas de Portugal Internacional (Portugal). Nela serão abordadas questões da água para o desenvolvimento sustentável, considerando os tópicos: Água para alimentos; Água para energia; Crescimento inclusivo e sustentável, gestão responsável da água e indústria; Uso eficiente da água superficial e subterrânea – urbana e rural e Infraestrutura para gestão e serviços sustentáveis de recursos hídricos.

Durante essa Sessão de Desenvolvimento serão abordados os desafios e as oportunidades do engajamento na gestão da água, incluindo a apresentação de iniciativas bem-sucedidas desenvolvidas pelos setores público e privado. Para a organização do evento, a gestão da água é um conceito simples, mas desafiador para implementar de forma eficaz. Isso vai além da eficiência individual dos negócios, exigindo uma visão mais ampla do recurso hídrico. O manejo requer uma compreensão do contexto do recurso, como é compartilhado e como a atividade dos usuários da água é afetada por outros usuários e o meio ambiente em geral. O engajamento na administração

de água pode contribuir para a sustentabilidade empresarial e segurança da água, dentro de um padrão de crescimento inclusivo e sustentável.

Já a Sessão Urbano, que terá coordenação conjunta da CBIC com *Bremen Overseas Research and Development Association - BORDA* (Alemanha); *Korean Society on Water Environment - KSWE*, *Korea Environment Institute – KEI* (Coreia) e *Centre for Built Environment, Kolkata* (Índia), abordará a gestão integrada da água e de resíduos urbanos, considerando tópicos como: Água e cidades; A economia circular – reduzir, reutilizar e reciclar, e Tecnologias de tratamento e reuso.

A ideia é mostrar que a construção de cidades com sabedoria hídrica exige planejamento e projetos integrados como ferramentas para gerenciamento de cidades: cidades que planejam renovação, desenvolvimento e manutenção de território, articulando design urbano, infraestrutura e uso do solo. Uma nova visão requer uma mudança de paradigma, considerando a água como um recurso fundamental e favorecendo a visão integrada da responsabilidade social, promovendo a participação de todos. Novos modelos de financiamento são tão cruciais, especialmente em cidades em rápido crescimento. As oportunidades para o desenvolvimento urbano variam considerando a água como um importante elemento de design nas intervenções urbanas, a renaturalização de corpos aquáticos e novas soluções, como a *Blue Green*, e soluções baseadas na natureza para a drenagem urbana, visando a habitabilidade, inclusão e resiliência.

AÇÕES DA CNI

A CNI, em parceria com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e a Rede Brasil do Pacto Global, realizará no dia 18 de março o *Water Business Day*, que visa construir um conjunto de mensagens do setor de negócios para o encontro. Os resultados desse evento serão apresentados em sessão especial durante a programação do



Coordenador da Rede de Recursos Hídricos da Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Percy Soares Neto

8º Fórum Mundial da Água para discussão com atores da sociedade civil, dos governos, dos organismos multilaterais e da academia.

Com apoio da Confederação, por meio da sua área de Comércio Internacional, também serão realizadas Rodadas de Negócios B2B, com o objetivo de aproximar compradores e vendedores de soluções e produtos associados ao desafio de gerenciamento de recursos hídricos e da economia de água.

O Sistema S (CNI, Senai, Sesi e IEL) terá um *stand* no fórum para mostrar os trabalhos que estão sendo desenvolvidos na área de recursos hídricos e o Senai fará um *Grand Prix* de Inovação para questões associadas ao setor industrial.

A entidade, segundo Percy Soares Neto, também está organizando, dentro do processo regional do fórum, um painel que discutirá diferentes experiências internacionais de articulação do setor de *business* com as respectivas políticas de recursos hídricos. A ideia é apresentar a experiência da Rede de Recursos Hídricos da Indústria e ouvir do setor de negócios dos outros países como se organizam para influenciar a política de recursos hídricos. Além disso, a CNI está organizando e apoiando várias sessões técnicas do fórum.

Participe! Inscrições podem ser feitas no site do evento, [clikando aqui](#).

SETOR ANALISA PROJETO DE EMENDA SOBRE NORMA DE ACESSIBILIDADE

CONSULTA NACIONAL SOBRE ABNT NBR 9050 ENCERRA EM 21 DE JANEIRO

Assessoria de Comunicação - P.M.B



A ABNT NBR 9050 é uma norma brasileira técnica que versa sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. A Norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. Lançada em 1994 pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ela foi revisada pela segunda vez e segue em vigor desde 2015. “A Norma prepara os ambientes em geral para a utilização de maneira autônoma e segura por pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção”, explica Roberto Matozinhos, líder do Grupo de Acompanhamento de Normas Técnicas (GANT) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Atualmente, a NBR 9050 encontra-se em nova revisão por pesquisadores, profissionais e entidades de interesse relacionado.

O Projeto de Emenda 1 – elaborado pela Comissão de Estudo Acessibilidade em Edificações (CE-040:000.001) do Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-040) – encontra-se em consulta nacional desde dezembro de 2017. O

documento tem como objetivo o ajuste de forma (como renumeração de páginas e figuras) e de conteúdo do texto normativo da NBR 9050. Lydio Bandeira de Mello, consultor técnico do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio), esclarece a necessidade da mudança: “Haviam algumas deficiências na última versão da Norma. A Emenda veio para corrigir essas falhas técnicas que poderiam gerar interpretações equivocadas e, até mesmo, projetos equivocados”.

O prazo para votação e contribuições vai até o próximo domingo, 21 de janeiro, totalizando 60 dias em aberto. “A previsão de consulta era de 30 dias e o prazo foi postergado porque a CBIC solicitou maior tempo para análise do conteúdo devido à abrangência e complexidade do tema”, comenta Matozinhos, que também é consultor técnico do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais (Sinduscon-MG). Nesta última semana, o GANT teve como primeira pauta de 2018 justamente esse tema da acessibilidade. O grupo reuniu-se para analisar o texto e alinhar o posicionamento do setor sobre o Projeto de Emenda.

Dentre as propostas de alteração de conteúdo, as mais relevantes são as relativas à acessibilidade em áreas de circulação, com foco em evitar que pessoas sofram quedas; à acessibilidade de piscinas, para oferecer condições de acesso à água; à sinalização tátil; aos corrimãos de escadas, e ao rebaixamento de calçadas, para facilitar a travessia de vias públicas. O termo “rota acessível”, por exemplo, foi substituído por “área de circulação”, tornando o texto normativo mais abrangente. Além disso, o documento propõe mudanças na altura de maçanetas e no diâmetro de puxadores. Esteiras rolantes não poderão mais compor rotas acessíveis, de forma que, quando existentes, deverá haver sinalização indicativa de rota alternativa disponível. A Emenda estabelece também que, em edificações de uso público ou coletivo, seja obrigatório o sanitário ou banheiro familiar, com entrada independente, modificando o caráter opcional da versão vigente.

A partir da discussão na reunião do GANT, consolidou-se uma proposta de voto para a CBIC, que, acredita-se, fará diferença na qualidade e entendimento da Norma. O voto da CBIC será a favor da Emenda, com alterações de alguns itens. “De modo geral, o Projeto trouxe contribuições que achamos que melhoram o texto da ABNT NBR 9050. O que estamos propondo são 23 alterações, aperfeiçoando e contribuindo com a Norma, para que ela seja ainda mais eficaz do ponto de vista da acessibilidade”, esclarece Matozinhos.

Todos os votos – que podem ser feitos por profissionais e entidades – serão encaminhados para a Comissão de Estudo da ABNT, que vai ponderar sobre o acato às contribuições. A partir da publicação da Norma revisada, todas as futuras edificações terão que se adequar aos novos critérios e parâmetros técnicos. Daí a grande importância da atuação das entidades e do posicionamento do setor construtivo, como ressalta o líder do GANT: “Temos muito a contribuir com nossos conhecimentos, experiências e sensibilidade. Sendo assim, a participação da CBIC e do setor tem grande relevância para trazer contribuições práticas e efetivas. São diretrizes que não agregam grandes custos, mas trazem grandes resultados do ponto de vista da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida”.



Roberto Matozinhos, líder do Grupo de Acompanhamento de Normas Técnicas (GANT) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Para participar da consulta nacional, é necessário entrar no site da ABNT, buscar a Emenda, fazer um cadastro e acessar a página de votação. Lydio de Mello enfatiza que todas as empresas que projetam e constroem precisam estar atentas aos reflexos dessas decisões, para não haver conflito entre a intenção da Norma e as questões práticas do dia a dia da construção. “O construtor precisa participar da norma que ele vai ter que cumprir”, reforça.

Membros do GANT, Rafael Possobon (Sindicato da Indústria da Construção Civil de Balneário Camboriú/SC) e Sílvio Eduardo (Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal – Ademi-DF) acreditam que, apesar de a consulta pública finalizar no próximo dia 21, a discussão deverá continuar acesa, pois existem aspectos da Norma que precisam ser estudados. A acessibilidade é um desafio em todo o Brasil e a CBIC julga de extrema importância a contribuição de todos para que se possa ter uma Norma que realmente represente os interesses da sociedade, bem como possa ser plenamente aplicada e gerar todos os benefícios inerentes à normalização.

Tanto os desdobramentos da ABNT NBR 9050, quanto as demais normas técnicas do setor continuarão sendo monitorados pelo GANT, que é uma das iniciativas do projeto “Gestão das normas técnicas do setor”, realizado pela Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (Comat) da CBIC, em correalização com o Senai Nacional.

A IMPORTÂNCIA DO FGTS PARA A HABITAÇÃO

CLAUDIA MAGALHÃES ELOY, consultora da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC

Celso Pupo

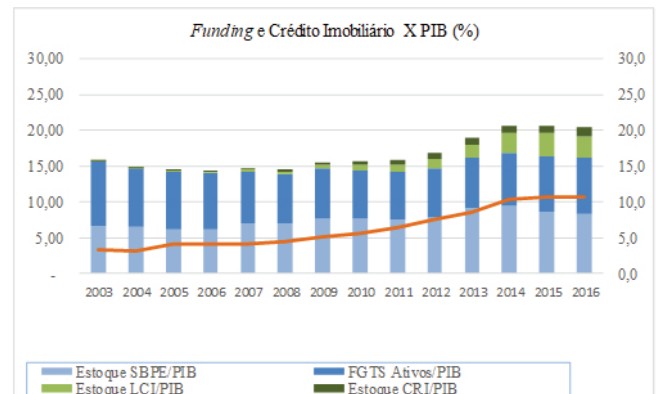


O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é *funding* fundamental para a expansão da produção e da aquisição da habitação, notadamente para as famílias de baixa renda. Números recentes, relativos ao período 2010-2016, atestam sua importância:

- Lastreou 3,4 milhões de financiamentos habitacionais;
- 2,5 milhões de financiamentos contaram com subsídios diretos e/ou indiretos, permitindo a qualificação de famílias normalmente excluídas do crédito;
- Financiou a produção de cerca de 1,5 milhão de unidades habitacionais novas;
- Na linha de Apoio à Produção, com valor médio de financiamento de R\$ 115 mil (2016), 59% das unidades produzidas ao longo desses 7 anos foram destinadas a famílias com renda de até R\$ 3,6 mil.

Seus ativos correspondem a, em média, 7,6% do PIB e, juntamente com a poupança, viabiliza o financiamento habitacional no país. Fontes mais recentes – Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Letras de Crédito Imobiliário (LCI) – ainda

não têm sido capazes de promover significativa expansão do crédito habitacional, como demonstra o gráfico a seguir:



Fonte de dados: Banco Central e CETIP. Elaboração própria

Em dez/2016, a carteira de financiamento habitacional do FGTS somava R\$ 262,6 bilhões, remunerada a juros médios anuais de 4,9%, acrescidos da TR, enquanto a carteira de créditos habitacionais SFH no âmbito do SBPE totalizava R\$ 285,1 bilhões, lastreada em depósitos de poupança com rentabilidade mais elevada, de 6% a.a. + TR. A Selic, atualmente em 7%, precisa cair para 6,5%, para igualar os custos de captação para os agentes financeiros.

Ou seja, o FGTS é a fonte de captação mais barata existente e por este motivo constitui *funding* singular, capaz de promover a expansão da demanda solvável e incrementar significativamente a produção e oferta de moradias no país, sobretudo para famílias com renda inferior a R\$ 3,6 mil. Ainda não é possível vislumbrar no cenário econômico de curto e médio prazos outra fonte com tamanho potencial.

Todavia, sinais preocupantes aparecem no radar. Em primeiro lugar, o FGTS segue sendo alvo de investidas e projetos dos mais variados setores que visam usufruir desse tremendo potencial, cujo patrimônio líquido alcançou R\$ 98,2 bilhões em dez/2016. Ademais, mudanças recentes nas regras do Fundo – a flexibilização dos saques das contas

inativas, que somaram R\$ 42,8 bilhões, a redução gradativa da multa de 10% da LC110/01, a ampliação das modalidades de saque e a distribuição de 50% do lucro aos cotistas – aliadas à conjuntura macroeconômica – a queda da arrecadação líquida e o decréscimo de receitas das aplicações em títulos e valores mobiliários – provocaram a redução dos ativos e disponibilidades do Fundo. A análise do último balancete divulgado aponta queda real do total de ativos de 4% em relação a jun/2016, reduzido, em jun/2017, para R\$ 478,3 bilhões. Os desembolsos para a área de habitação caíram 8% entre 2015 e 2016. Embora o orçamento habitacional plurianual seja da ordem de R\$ 68 bi/ano até 2021, estimativas anunciam forte redução no saldo das disponibilidades do Fundo, caindo de R\$ 80 bi em 2017 para apenas R\$ 41,5 bi em 2021, dos quais 75% devem compor o fundo de liquidez.

Há risco, portanto, de redução das aplicações em financiamento habitacional, a despeito das expectativas de melhora da economia e do emprego e, conseqüentemente, do aumento da demanda por crédito. Este é um cenário preocupante, porque ao comprometer o crédito, limita a produção e a aqui-

sição da moradia. O Programa Carta de Crédito Individual, que exibiu uma contratação média anual de 262 mil unidades entre 2010 e 2015, financiou 226,7 mil unidades em 2016, uma queda de 14%. Ademais, neste programa, a parcela destinada a rendas de até R\$ 3,6 mil, que foi de 87% em 2013, caiu para 79% em 2016. A queda da participação das rendas de até R\$ 3.600,00 aparece também na linha de apoio a produção, com 51% do total dos financiamentos em 2016, contra uma média de 61% entre 2010 e 2015. A maior redução, uma queda real de 35%, é vista no volume de subsídios entre 2013 e 2016.

É necessário, portanto, adotar medidas que permitam ao FGTS retomar seu potencial efetivo e perene de financiamento habitacional, bem como a focalização na baixa renda. Neste momento de retomada econômica é preciso reposicionar o FGTS, de maneira inequívoca, como *funding* fundamental para a habitação mais acessível, atuando de forma complementar, no âmbito dos sistemas de financiamento, ao SBPE e demais fontes. Este reposicionamento pavimentará o crescimento sustentável e inclusivo do setor habitacional.



PASI

O PASI protege todos os trabalhadores ativos legalizados de sua empresa, sem limite de idade e carência.

Convênio

CBIC

Núcleo de Seguros

PASI, reconhecido pela CBIC como o Seguro de Vida Oficial da Indústria da Construção

CLIQUE AQUI E SOLICITE UMA PROPOSTA

Central PASI – 4000-1989
contato@pasi.com.br – www.pasi.com.br

    /seguroPASI

Garantia:

 **MetLife**

*Produto registrado na SUSEP sob nº 15414/003220/2010-81 e sob responsabilidade da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., código SUSEP 0695-1, CNPJ 02.162.496/0001-29. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação a sua comercialização.

Construção Civil - saldo na geração de vagas com carteira assinada (Saldo = admitidos - desligados)			
Nível geográfico	Novembro/2017	Acumulado jan-nov/17	Acumulado em 12 meses (dezembro/16 a novembro/17)
Total Brasil	-22.826	-52.013	-138.369
Regiões			
Norte	-1.300	-1.768	-9.682
Nordeste	-2.700	-11.292	-29.526
Sudeste	-11.386	-42.044	-78.696
Sul	-3.577	-1.276	-13.064
Centro Oeste	-3.863	4.367	-7.401
Regiões Metropolitanas	-8.621	-34.251	-68.209
Belém	348	2.370	1.869
Fortaleza	-118	-1.458	-4.194
Recife	13	-2.932	-4.858
Salvador	-581	-3.298	-7.762
Belo Horizonte	-2.589	661	-4.921
Rio de Janeiro	-1.371	-8.012	-13.575
São Paulo	-3.323	-19.717	-29.228
Curitiba	-863	-2.366	-4.595
Porto Alegre	-137	501	-945

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/ Ministério do Trabalho.
Obs.: Dados acumulados de janeiro a novembro e também o acumulado em 12 meses: série com ajustes.

AGENDA



24 de janeiro

REUNIÃO PMCMV - CII
Horário: 10h30 às 17h30
Local: Auditório da CBIC



30 de janeiro

REUNIÃO DA CPRT
Horário: 10h30 às 16h
Local: Auditório da CBIC



01 de fevereiro

EVENTO REGIONAL DA CAMPANHA NACIONAL
DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CANPAT
CONSTRUÇÃO 2017/2018) E REFORMA
TRABALHISTA
Local: Belém - PA



22 de fevereiro

EVENTO REGIONAL DA CAMPANHA NACIONAL
DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CANPAT
CONSTRUÇÃO 2017/2018) E REFORMA
TRABALHISTA
Local: Fortaleza-CE

EXPEDIENTE:

Presidente da CBIC: José Carlos Martins
Equipe de Comunicação:
Doca de Oliveira – coordenacao.comunicacao@cbic.org.br
Ana Rita de Holanda – jornalista@cbic.org.br
Sandra Bezerra – comunicacao@cbic.org.br
Paulo Henrique Freitas de Paula – arte@cbic.org.br

Bruno Dantas - redacao@cbic.org.br
Vando Barbosa - Coordenador de Marketing - marketing@cbic.org.br
Projeto Gráfico: Radiola
Diagramação: Paulo Henrique Freitas de Paula
Telefone: (61) 3327-1013